

Cristiane Penning Pauli De Menezes
Francini Feversani
Guilherme Pereira Santos

A NOVA REDAÇÃO DA

Lei de Falência e de Recuperação:

COMENTÁRIOS PRÁTICOS PELO VIÉS
DO ADMINISTRADOR JUDICIAL

Atualizado com a Lei nº 14.112/2020

Atualizado com as votações dos vetos
presidenciais no Congresso Nacional

 EDITORA
RIDEEL
Quem tem Rideel tem mais.

Expediente

Fundador	Italo Amadio (<i>in memoriam</i>)
Diretora Editorial	Katia Amadio
Editoras	Janaína Batista Mayara Sobrane
Editora Assistente	Mônica Ibiapino
Revisão Técnica	Raiane Godoy Pereira Schneider Cnstian Reginatto Amador
Projeto Gráfico	Sergio A. Pereira
Diagramação	Sheila Fahl / Projeto e Imagem

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-9/7057

Menezes, Cristiane Penning Pauli de

A nova redação da Lei de Falência e Recuperação comentários práticos pelo viés do administrador judicial / Cristiane Penning Pauli de Menezes, Francini Feversani, Guilherme Pereira Santos. – 1. ed. – São Paulo : Rideel, 2021.

ISBN 978-65-5738-2448

1. Direito empresarial 2. Falência – Legislação – Brasil 3. Recuperação judicial (Direito) 4. Direito comercial I. Título II. Feversani, Francini III. Santos, Guilherme Pereira

21-1073

CDD 346.81078
CDU 347.736(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito empresarial – Falência – Legislação

© Copyright – Todos os direitos reservados à



Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde
CEP 02519-000 – São Paulo – SP
e-mail: sac@rideel.com.br
www.editorarideel.com.br

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

1 3 5 7 9 8 6 4 2
0 3 2 1

Sumário

Sobre os autores	VII
Apresentação	IX
1. Aspectos gerais da falência e da recuperação judicial.....	1
1.1 Disposições comuns aos dois institutos.....	1
1.1.1 Dos legitimados.....	1
1.1.2 Foro competente, juízo universal e obrigações exigíveis.....	4
1.1.3 Efeitos no âmbito das disposições comuns.....	5
1.1.4 O procedimento de verificação de créditos.....	11
1.1.4.1 Fase administrativa.....	12
1.1.4.2 Fase judicializada.....	14
1.1.5 Das conciliações e das mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial.....	18
1.1.6 Órgãos e agentes.....	21
1.1.6.1 Administrador judicial	22
1.1.6.2 Comitê de credores.....	29
1.1.6.3 Disposições comuns ao administrador judicial e ao comitê de credores	31
1.1.7 Assembleia-geral de credores (AGC).....	32
1.1.8 Disposições gerais.....	44
2. Recuperação judicial.....	47
2.1 Requisitos da recuperação judicial: análise subjetiva do art. 47 e requisitos essenciais do art. 48.....	48
2.2 Foro competente e crédito sujeitos e excluídos do procedimento recuperacional.....	50
2.3 Dos meios de recuperação judicial.....	57

2.4	Dos documentos necessários e úteis ao procedimento recuperacional.....	60
2.5	Constatação prévia.....	64
2.6	Aspectos relevantes acerca do despacho de processamento da recuperação judicial.....	67
2.7	Do plano de recuperação judicial.....	68
2.7.1	Do plano de recuperação judicial alternativo.....	72
2.7.2	Do termo de adesão.....	74
2.7.2.1	<i>Cram down</i>	75
2.8	Da necessidade de apresentação das certidões negativas de débitos tributários (CNDs).....	76
2.9	Aspectos gerais da recuperação judicial.....	77
2.10	<i>Dip financing</i>	80
2.11	Consolidação processual e material (substancial).....	84
2.12	Papel do fisco na recuperação judicial.....	86
2.12.1	Parcelamento fiscal - Lei nº 10.522/2002 - Art. 10-A.....	89
2.12.2	Transação - Lei nº 10.522/2002 - Art. 10-C.....	92
2.13	Do encerramento do procedimento recuperacional.....	93
2.14	Das hipóteses de convação de recuperação judicial em falência.....	93
3.	Recuperação judicial de ME/EPP: aspectos gerais e possibilidades na LRF.....	97
4.	Recuperação extrajudicial.....	103
5.	Falência.....	111
5.1	Fase cognitiva.....	114
5.1.1	Pedido de quebra.....	114
5.1.2	Estado de insolvência.....	120
5.1.3	Sentença de decretação de falência.....	122

A NOVA REDAÇÃO DA **Lei de Falência e de Recuperação**

5.1.4	Efeitos da decretação da falência às obrigações da devedora e a seus administradores	130
5.2	Fase falimentar	138
5.2.1	Preparação	138
5.2.1.1	Ativos insuficientes para despesas do processo e o encerramento acelerado	141
5.2.1.2	Pedido de restituição	142
5.2.2	Ineficácia e revogação de atos anteriores à falência	144
5.2.2.1	Ineficácia de atos	145
5.2.2.2	Revogação de atos	147
5.2.3	Desconsideração da personalidade jurídica	148
5.2.4	Realização do ativo	153
5.2.5	Incidental habilitação de créditos tributários	160
5.2.6	Classificação dos créditos	163
5.2.7	Pagamentos e encerramento da falência	171
6.	Crimes falimentares	177
6.1	Art. 168 – Fraude a credores	178
6.2	Art. 169 – Violação de sigilo empresarial	179
6.3	Art. 170 – Divulgação de informações falsas	180
6.4	Art. 171 – Indução a erro	180
6.5	Art. 172 – Favorecimento de credores	180
6.6	Art. 173 – Desvio, ocultação ou apropriação de bens	181
6.7	Art. 174 – Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens	181
6.8	Art. 175 – Habilitação ilegal de crédito	182
6.9	Art. 176 – Exercício ilegal de atividade	182
6.10	Art. 177 – Violação de impedimento	182
6.11	Art. 178 – Omissão dos documentos contábeis obrigatórios	183
7.	Insolvência transnacional	185